REVISTA **SABERES DA AMAZÔNIA**

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS

VOL. 4 N. 8

Janeiro-Junho 2019 | ISSN: 2448-0576

Attribution-ShareAlike 4.0 International

A JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E O DESAFIO DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL POR MAIS SAÚDE E DIREITOS HUMANOS¹

THE JUDICIALIZATION OF HEALTH AND THE CHALLENGE OF JURISDICTIONAL PROVISION FOR MORE HEALTH AND HUMAN RIGHTS

Maria Da Vitoria Costa Silva²

Resumo

Este artigo tratou da judicialização da saúde e do desafio da prestação jurisdicional por mais saúde e direitos humanos no Brasil. A metodologia ancorou-se em conectivos teóricos interdisciplinar com viés jurídico, filosófico, econômico, sociológico e educacional. Os resultados evidenciaram que esse fenômeno decorre: da constitucionalização de novos direitos, do aumento de demandas por justiça, da expansão da jurisdição constitucional e da globalização neoliberal que, ao defender a racionalidade do mercado, fragiliza instituições públicas e os serviços sociais. A conclusão é de que o Judiciário brasileiro deve assumir a sua quota-parte de responsabilidade política, essencial ao fortalecimento das instituições estatais e à construção do conhecimento emancipatório, por meio de canais de interlocuções com a sociedade, que estimulem diálogos construtivista, participativo e democrático, via práticas formativas, que permitam a esfera pública atuar, ao lado do Estado, como protagonista da efetivação dos serviços de saúde e da proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Justiça de proximidade; Participação Democrática e Proteção Social.

Abstract

This article dealt with the judicialization of health and the challenge of providing judicial for more health and human rights in Brazil. The methodology was anchored in interdisciplinary theoretical connectives with legal, philosophical, economic, sociological and educational bias. The results showed that this phenomenon stems from the constitutionalisation of new rights, the increase of demands for justice, the expansion of constitutional jurisdiction and neoliberal globalization, which defends the rationality of the market, weakens public institutions and social services. The conclusion is that the Brazilian judiciary

¹ Este artigo faz parte das pesquisas desenvolvidas no mestrado, cujo processo de investigação continua para o conagraçamento da tese de doutorado.

² Doutoranda em Desenvolvimento Regional da pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Mestra em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Palmas, Tocantis, Brasil. E-mail: mavitcs@gmail.com.

must assume its share of political responsibility, essential to the strengthening of state institutions and the construction of emancipatory knowledge, through channels of communication with society that stimulate constructivist, participatory and democratic dialogues, through training practices that allow the public sphere to act, alongside the State, as the protagonist of the implementation of health services and the protection of human rights.

Keywords: Justice of proximity; Democratic participation and Social protection.

Introdução

A partir da Constituição da República Federativa de 1988³, que consagrou novos direitos fundamentais e sociais como patamar mínimo civilizatório à vida digna, o Poder Judiciário tem enfrentado grandes desafios com a judicialização de políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde.

Estudos científicos têm identificado, como se abordará neste trabalho, que a judicialização da saúde, como regra, pode causar consequências política, econômica, social de acentuadas proporções no Estado, comprometendo, assim, outros direitos coletivos, além de interferir no equilíbrio das competências típicas dos poderes estatais legalmente constituídos.

O impacto político torna-se significativo porque o Direito Constitucional brasileiro estrutura-se assentado na teoria da separação dos poderes e, de acordo com o art. 2º da CF/1988, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário têm responsabilidades e competências típicas delimitadas constitucionalmente.

O Legislativo e o Executivo recebem atribuições essencialmente políticas: o primeiro cria o direito positivo; o segundo, no sistema presidencialista brasileiro, concentra as funções de chefia de Estado e de chefia de Governo, conduzindo as políticas interna e externa. Já a atribuição típica do Judiciário consiste na aplicação do Direito nos litígios entre partes⁴.

Não obstante as atribuições típicas de cada Poder do Estado, entende-se ser indispensável a fiscalização de um Poder majoritário sobre outro, para limitar os excessos ou as violações às normas jurídicas democraticamente

³ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. OLIVEIRA, Juarez de (Org. do texto). São Paulo: Saraiva, 1988.

⁴ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 241.

estabelecidas no ordenamento jurídico. Este controle tem o propósito, também, de evitar a ressuscitação de políticas totalitárias⁵ que comprometam o desenvolvimento do Estado, pautado pela proteção aos direitos humanos.

A partir dessas observações preliminares, infere-se que a ineficiência de uma instituição majoritária do Estado pode causar a interferência de um poder estatal na esfera de atribuição de outro. O mecanismo, embora inadequado, faz parte do pleno exercício da democracia e é saudável, em alguns momentos, porém, não deve ter aplicação absoluta, para evitar desarmonia entre os poderes do Estado e a desestruturação do Estado Democrático de Direito.

Já o impacto econômico é evidenciado pelo alto custo que as demandas individuais de saúde causam sobre o orçamento do Estado destinado à coletividade o que é preocupante, pois sua prática reiterada pode contribuir para o cenário desolador da crise vívida pela saúde pública no Brasil⁶.

Num modelo de globalização econômica neoliberal, em que a acumulação do capital em mãos de poucos está acima da preservação da dignidade humana e da promoção dos direitos humanos, pensar a judicialização da saúde, como único caminho, reforça o desprezo à vida, principalmente das pessoas carentes, desassistidas da atenção do Estado.

Já o impacto social, por fim, é tido como o mais danoso, em razão da falta de políticas públicas de qualidade que permitam não só o acesso à saúde, mas, também, que garantam a otimização de direitos fundamentais e sociais mínimos conquistados a partir de árduas lutas históricas. Isso gera conflitos que colocam em risco a ordem e a seguridade social democrática, pelos danos sociais de grande proporção que interferem na sociedade brasileira, principalmente por inibir o processo democrático em curso.

A ineficiência generalizada da gestão pública no Brasil aumentou a demanda por justiça junto ao Poder Judiciário, notadamente desde a Constituição Federal de 1988 até os dias atuais. Diante dessa precariedade

⁵ ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶ Nesse sentido conferir Acórdão TCU Plenário nº 1781/2017, que trata sobre o impacto econômico da judicialização no Brasil. Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>>. Acesso em: 7 abr. de 2019.

dos serviços de saúde ofertados à sociedade⁷, o ser humano fica largado à própria sorte, aguardando o resultado de ações propostas no Judiciário, muitas das quais se prolongam no tempo, congestionando o Sistema de Justiça.

Quando se relata sobre o descaso para com a saúde no Brasil, não se o faz com a pretensão de reforçar a indignação popular, mas de encontrar novos mecanismos de acesso à Justiça, que possibilitem à sociedade ter seus direitos fundamentais sociais garantidos e respeitados, em especial aquele à saúde digna, sem ser preciso recorrer, como regra, à via judicial.

De pouco valeriam manifestações populares ignorando-se qual o projeto de Nação que se almeja; quais as prioridades sociais que precisam fazer parte do planejamento do Estado; como deve ser gasto o orçamento da saúde, e sem canais de transparência que ampliem o acesso da sociedade à informação e assim possibilitem a fiscalização e o acompanhamento da execução das políticas públicas desenvolvidas em âmbito local e estadual.

Esse contexto de problematizações justificou este estudo, pois é preciso pensar no planejamento e na concretização de alternativas contra-hegemônicas, alicerçadas na participação democrática da população quando da elaboração do planejamento das políticas públicas do Estado.

Em tal quadro, este artigo se propôs a analisar sobre os fatores causais da judicialização no Brasil e os desafios da prestação jurisdicional para garantir a justiça no âmbito da saúde e a proteção dos direitos humanos.

O percurso metodológico perpassou pelo exame de conectivos teóricos interdisciplinares, que foram essenciais para confirmar a hipótese contemplada na seguinte assertiva: o Poder Judiciário precisa assumir sua quota de responsabilidade política, essencial ao fortalecimento das instituições estatais e à construção do conhecimento emancipatório, para estimular diálogos construtivista, participativo e democrático, via práticas formativas, que permitam a esfera pública atuar, ao lado do Estado, como protagonista na efetivação dos serviços de saúde e na proteção dos direitos humanos.

⁷ Veja Acórdãos do TCU Plenário nºs 1130 e 1840 de 2017, que sistematizaram informações sobre a situação da governança e gestão em saúde no Brasil. Disponíveis em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>>. Acesso em: 7 abr. de 2019.

1. A judicialização das políticas sociais de saúde

A vida humana é o vetor central de proteção do ordenamento jurídico moderno, para onde deve convergir todo o direito constitucional e infraconstitucional, por isso a ausência de efetivação dos direitos fundamentais nas relações sociais e a falta de mecanismos de defesa dos direitos humanos pelo Estado podem colocar em risco a própria democracia.

Para a defesa do Estado Democrático de Direito, além de cidadãos organizados, de instituições públicas e de partidos políticos fortes e éticos, são necessários o estabelecimento e a proteção de normas robustas e efetivas que funcionem como bastiões do processo democrático⁸.

O constituinte brasileiro, para manter a dignidade da pessoa preservada, criou vigas de segurança para evitar sua violação: os direitos fundamentais.

Bester⁹ e Sarlet¹⁰ alertam para o fato de que os direitos fundamentais não podem ser confundidos com a terminologia dos direitos humanos, pois aqueles se aplicam para direitos do ser humano, reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, portanto deve atingir maior grau de efetiva aplicação e proteção no âmbito interno.

Contudo, os direitos humanos, também na visão dos mesmos autores, guardam relação com documentos de Direitos Internacional, uma vez que se referem a posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional. São direitos que têm aspiração à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que se revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional). Para sua efetivação, depende da boa vontade cooperativa dos Estados individualmente considerados, o que contribuirá para lograr o atingimento de sua plena eficácia.

⁸ LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018, p.19.

⁹ BESTER, Gisela Maria. **Direito Constitucional. V. 1. Fundamentos Teóricos**. Barueri, SP: 2005b.

¹⁰ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

Nesse particular, não há dúvida de que os direitos fundamentais, de certa forma, são também direitos humanos, pois seu titular sempre será o ser humano, ainda que representado por entes coletivos, mas não podem ser compreendidos como termos sinônimos.

“Os direitos fundamentais, convém repetir, nascem e se desenvolvem com as Constituições nas quais foram reconhecidos e assegurados”, precisando ser efetivados na vida das pessoas, nas relações sociais¹¹.

“Atente-se que a Carta de 1988 situa-se como marco jurídico da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no Brasil¹²”. Significa que o Direito brasileiro incorpora os instrumentos internacionais de proteção de direitos humanos, por isso é obrigado a respeitar os direitos fundamentais à vida digna de seus cidadãos (aqui entendido no seu sentido amplo, incluindo pessoas vulneráveis e carentes). Todas as nações e a comunidade internacional têm o direito de protestar, ao perceber que algum Estado deixe de cumprir as normas estabelecidas como vetores de defesa e proteção da dignidade da pessoa e dos direitos humanos¹³.

Nessa dimensão dos novos direitos, Barroso¹⁴ afirma que vários fatores têm estimulado a judicialização política, que passaram a ter nos tribunais a sua instância decisória final. Assim, destaca a constitucionalização, o aumento da demanda por justiça e a ascensão institucional do Judiciário, como circunstâncias que propulsionam o uso da via judicial.

A partir do conceito de judicialização, torna-se necessária a compreensão dos fatores especificados por Barroso¹⁵ como motivadores do aumento de demandas judiciais no Brasil. Assim, leciona esse autor que:

¹¹ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 41.

¹² PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 59-60.

¹³ PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 59-60.

¹⁴ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 241.

¹⁵ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

Judicialização significa que algumas questões de larga repercussão política ou social estão sendo decididas por órgãos do Poder Judiciário e não pelas instâncias políticas tradicionais: o Congresso Nacional e o Poder Executivo – em cujo âmbito se encontram o Presidente da República, seus ministérios e a administração pública em geral. Como intuitivo, a judicialização envolve uma transferência de poder para juízes e tribunais, com alterações significativas na linguagem, na argumentação e no modo de participação da sociedade. O fenômeno tem causas múltiplas. Algumas delas expressam uma tendência mundial; outras estão diretamente relacionadas ao modelo institucional brasileiro¹⁶.

Infere-se desse conceito geral, que o fenômeno da judicialização da saúde pode ser concebido com um conjunto de demandas sociais em saúde que são levadas ao Poder Judiciário com o fim de se garantir políticas públicas mínimas à vida com dignidade, haja vista a ausência de qualidade e efetivação desse serviço a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo.

A partir do conceito amplo e restrito do termo judicialização, Barroso¹⁷ passa a dimensionar suas causas, a saber:

a) a redemocratização do País, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988 e, nas últimas décadas, com a recuperação das garantias da magistratura. Para este autor, o Judiciário deixou de ser um departamento técnico-especializado e se transformou em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis infraconstitucionais.

Nesse aspecto, também ressalta que o ambiente democrático reavivou o espírito de cidadania, com a divulgação e conscientização, por parte de segmentos da população, sobre os novos direitos conferidos à população, sem falar na expansão institucional do Ministério Público e da Defensoria Pública no Brasil. Enfim, registra Barroso: “a redemocratização fortaleceu e expandiu o Poder Judiciário, bem como aumentou a demanda por justiça na sociedade brasileira”;

¹⁶ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

¹⁷ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível: <<http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2016.

b) como uma segunda fase em tal processo, alerta o autor que se deu a constitucionalização de inúmeras matérias que antes eram deixadas para o processo político majoritário e para o legislador ordinário.

A partir do momento que uma questão social é disciplinada na norma constitucional, ela se transforma força viva obrigatória, com potencial, em uma pretensão jurídica, que pode ser questionada por meio de ação judicial;

c) a terceira e última causa da judicialização, enaltecida por Barroso, refere-se ao sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, que com seu caráter híbrido ou eclético, combina aspectos de dois sistemas diversos, o americano (pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode deixar de aplicar uma lei ao caso concreto que lhe tenha sido submetido, por considerá-la inconstitucional) e o modelo europeu (que possibilitou inserir na Constituição brasileira o controle por ação direta, o qual permite que determinadas matérias sejam levadas, em tese e imediatamente, ao Supremo Tribunal Federal), conferindo a ampliação, inclusive, do direito de propositura amplo, previsto no art. 103 da Constituição Federal. Com isso, “quase qualquer questão política ou moralmente relevante pode ser alçada ao STF”.

A constitucionalização dos novos direitos, na verdade, resulta de um conjunto de fenômenos ocorridos no Estado e no Direito Constitucional nas últimas décadas, especialmente na Europa e no Brasil, que Barroso¹⁸ resume a partir de três marcos teóricos: o histórico, o filosófico e o teórico.

O marco histórico registra a formação do novo Estado constitucional de direito, ocorrido na Europa continental, após as atrocidades cometidas aos direitos humanos, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, a reconstitucionalização do País deu-se por ocasião da discussão prévia, convocação, elaboração e promulgação da Constituição de 1988¹⁹.

O marco filosófico, nos termos dimensionado pelo autor, consiste na construção do pós-positivismo, que revaloriza a razão prática, a teoria da justiça e a legitimação democrática, que busca ir além da legalidade estrita,

¹⁸ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 265-266.

¹⁹ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 265-266.

embora não desprezando o direito posto; procura empreender uma leitura moral da Constituição e das leis, sem recorrer a categorias metafísicas.

Dentre esses valores que migraram do campo ético para o domínio do Direito registra-se o princípio da dignidade da pessoa humana, que, após a Segunda Guerra mundial, passou a figurar em documentos internacionais, como a Declaração dos Direitos Humanos de 1948²⁰, e em Constituições democráticas, como a Constituição brasileira de 1988, que o disciplina no art. 1º, inciso III.

Esse princípio expressa um conjunto de valores civilizatórios que se incorporam ao patrimônio da humanidade, de onde se extrai o sentido nuclear dos direitos fundamentais para a tutela da liberdade, da igualdade e para a promoção da justiça, incluindo no seu âmbito a proteção do mínimo existencial (conjunto de bens e utilidades básicas para a subsistência física e indispensável ao desfrute dos direitos em geral, dentre os quais se destacam saúde básica, educação fundamental e renda mínima) e da personalidade humana²¹.

Já o marco teórico, ainda segundo Barroso²², passa por três mudanças de paradigmas como já referido: a) o reconhecimento de força normativa à Constituição, no qual as normas jurídicas são dotadas de imperatividade; b) a expansão da jurisdição constitucional; c) o desenvolvimento de uma nova dogmática da interpretação constitucional.

A força normativa da Constituição, para Hesse²³, resulta da implementação de alguns “pressupostos que permitem à Constituição desenvolver de forma ótima a sua força normativa”, quais sejam:

a) o seu conteúdo deve levar em conta não só os elementos sociais, políticos e econômicos dominantes, mas também deve incorporar o estado espiritual de seu tempo, para que encontre o apoio e a defesa da consciência

²⁰ Nações Unidas no Brasil. **Declaração de Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

²¹ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 273.

²² BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 273.

²³ HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1991, p. 19-20.

geral; norteadas por princípios fundamentais que se mostrem em condições de serem desenvolvidos e evitar assentar-se numa estrutura unilateral;

b) a força normativa da Constituição depende, não só de seu conteúdo, mas também de sua *práxis*, o que requer, às vezes, o sacrifício de um interesse em favor da preservação de um princípio constitucional, a fim de fortalecer o respeito à Constituição e garantir um bem da vida indispensável à essência do Estado Democrático. Ensina Hesse²⁴, também, ser perigosa para a força normativa da Constituição, a tendência frequente da revisão constitucional, o que abala sua confiança. “A estabilidade constitui condição fundamental da eficácia da Constituição”; e, por fim,

c) “A interpretação constitucional está submetida ao princípio da ótima concretização da norma”, por isso não pode estar distante dos fatos concretos da vida e de seu tempo.

Para Sarmento²⁵, em decorrência da força normativa da Constituição, os direitos fundamentais têm eficácia irradiante por todo o ordenamento jurídico, condicionando a interpretação das normas e atuando como impulsos/diretrizes para o legislador, a administração e o judiciário. Essa eficácia enseja a humanização da ordem jurídica, “ao exigir que todas as normas sejam, no momento da aplicação, reexaminadas pelo operador do direito com novas lentes, que terão as cores da dignidade humana, da igualdade substantiva e da justiça social”.

Barroso²⁶ mostra que a Constituição de 1988 aumentou de maneira significativa a demanda por justiça no Brasil, pela redescoberta da cidadania e pela conscientização das pessoas em relação aos próprios direitos, bem como pela ascensão institucional do Poder Judiciário, que deixou de ser um departamento técnico especializado e passou a desempenhar um papel político, dividindo espaço com o Legislativo e o Executivo.

²⁴ HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1991, p. 19-20.

²⁵ SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004, p. 155.

²⁶ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 407.

Com isso, a judicialização de fato existe; não decorreu de uma opção ideológica, filosófica ou metodológica do Supremo Tribunal Federal, embora este tenha de atuar na defesa de fazer valer o texto constitucional²⁷.

É importante esclarecer que esse termo não pode ser confundido com o ativismo judicial, embora pertençam à mesma família, frequentemente os mesmos lugares, mas não têm as mesmas origens. A judicialização, no contexto brasileiro, é um fato, uma circunstância que decorre do modelo constitucional analítico que se adotou no Brasil, e não um exercício deliberado de vontade política, embora permita que discussões de largo alcance político e moral sejam promovidas via ação judicial, o que significa que a judicialização decorre da vontade constituinte²⁸. Neste caso, o Judiciário decide em conformidade com a norma constitucional.

Já o ativismo judicial, termo importado da Suprema Corte Americana, é uma atitude proativa no ato de interpretar a Constituição, de forma a expandir o seu sentido e alcance, especialmente instalado em situações de retração do Legislativo e de certo descolamento entre a classe política e a sociedade civil, impedindo que as demandas sociais sejam atendidas de maneira efetiva²⁹.

Assim, o ativismo judicial, está associado ao proativismo do Judiciário de evitar ou resolver provável problema antes que ele aconteça, ou seja, é a atuação da justiça na concretização dos valores e fins constitucionais, com maior interferência no espaço de atuação dos outros Poderes constituídos (Executivo e Legislativo).

²⁷ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

²⁸ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

²⁹ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

Nas lições de Barroso³⁰, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, os “riscos da judicialização e, sobretudo, do ativismo envolvem a legitimidade democrática, a politização da justiça e a falta de capacidade institucional do Judiciário para decidir determinadas matérias”. Contudo, o Judiciário, segundo esse autor, é o guardião da Constituição, portanto, deverá fazê-la valer, em nome dos direitos fundamentais e valores democráticos, inclusive em face dos outros Poderes. Suas decisões, no caso, devem respeitar a racionalidade, a motivação, a correção e a justiça. O ativismo, embora seja parte da solução do problema, deve ter seu uso eventual e controlado.

A reconstrução da cidadania, a conscientização dos direitos fundamentais sociais consagrados constitucionalmente no Brasil e a ascensão institucional do Poder Judiciário, que de intérprete da lei passa a desempenhar um papel político de realizar a Constituição, têm estimulado o aumento de demandas judiciais, mormente no âmbito do direito à saúde.

É certo que para a efetivação desses direitos fundamentais no campo das relações sociais também haverá momentos de tensão, principalmente com a descoberta de novas tecnologias e dos meios de comunicação, muitas vezes controlados por grupos econômicos, que num cenário de globalização econômica neoliberal tende suplantam o Estado de Direito e a Política.

Por isso, não se pode deixar de considerar que, além das causas acima elucidadas que contribuem para o aumento da demanda por justiça, a efetividade do direito de acesso à saúde encontra-se comprometido por outros paradigmas modernos: o “biopoder” e a globalização econômica neoliberal, os quais, amparados pela descoberta de novas tecnologias e dos meios de comunicação em massa concentrados e manipulados por uma minoria detentora do capital, aponta para o enfraquecimento das instituições do Estado de Direito e da Política, levando à instrumentalização da vida humana, como será tratado no próximo tópico.

³⁰ BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível em: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

2. Novos paradigmas de fragilização dos serviços sociais

Ao lado dos fatores acima descritos por Barroso, como fundantes da judicialização das questões políticas e sociais, no início do século XXI, constata-se avanços, sem precedentes, dos meios de comunicação, das novas tecnologias e das relações econômicas, que tomam contornos diferentes à defesa da dignidade da pessoa humana e à proteção dos direitos humanos, uma vez que surge um novo paradigma de controle social econômico, que Foucault chama de biopoder³¹.

Para melhor compreender o que vem a ser o biopoder e o que esse termo tem a ver com o contexto da judicialização da saúde, percorrem-se as lições de Hardt e de Negri³², que esclarecem o pensamento foucaultiano, o qual, ao fazer uma abordagem histórica sobre a governabilidade nos séculos XIX e XX, registra o nascimento da biopolítica³³ e a transição da sociedade disciplinar para a sociedade de controle, que se concretiza por meio de micropoderes distribuídos sistemicamente na sociedade³⁴.

A globalização neoliberal, segundo Boaventura, corresponde:

[...] à nova forma do modo de acumulação do capital, que encolhe o espaço público e expande o espaço privado, afirma a racionalidade em si do mercado, fragmenta o trabalho produtivo submetendo-o às exigências impostas pelo capital financeiro, leva à desagregação das formas de sociabilidade e ao esgarçamento do tecido social e político sob os efeitos de uma distribuição profundamente desigual de custos e de oportunidades em todo o sistema mundial, com o aumento exponencial das desigualdades entre países ricos e pobres e com a formação de bolsões de miséria e opulência no interior de um mesmo país³⁵.

³¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 43.

³² HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 42.

³³ FOUCAULT, Michael. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no *Collège de France* (1978-1979). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

³⁴ FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

³⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 30.

É nesse cenário que o biopoder se fortalece. Hardt e Negri³⁶ leciona que este termo foi utilizado por Foucault a partir da compreensão da biopolítica (modelo científico-político que consiste na prática disciplinar utilizada para governar coletivamente os indivíduos, por meio de biopoderes locais) e consiste na “forma de poder que regula a vida social por dentro, acompanhando-a, interpretando-a, absorvendo-a e a rearticulando³⁷”.

Com isso, destacam que, se na sociedade disciplinar o poder visava a governar o indivíduo, na sociedade de controle, concebida por Foucault³⁸, o poder tem por alvo o conjunto dos indivíduos, ou seja, a população.

Na sociedade disciplinar a força motriz do comando social era construída por aparelhos estatais de regulação e disciplina dos costumes, hábitos e práticas produtivas individualizadas, visando à obediência às regras impostas pelo Estado, objetivando uma vida harmônica socialmente. Com o surgimento da biopolítica o foco não é mais o corpo individualizado, mas o corpo coletivo, a população. A biopolítica representa micropoderes locais - prática de biopoderes distribuídos por todos os lugares, não há lugar privilegiado³⁹.

Assim funciona a sociedade de controle, que traz sérias preocupações para os direitos humanos, haja vista que a descoberta de novas tecnologias e a globalização neoliberal, acelera o controle biopolítico⁴⁰.

Veja-se que se vive em um sério processo de violações aos direitos humanos e não se sabe quem são os culpados, colocando-se, em geral, a culpa nas crises política e econômica. Que fenômeno é esse que envolve a todos e desrespeita valores fundamentais à vida digna?

Essa é a razão que motiva examinar o que Foucault chamou “sociedade de controle”, eis que, segundo seus estudiosos:

³⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 30.

³⁷ HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 43.

³⁸ HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 43.

³⁹ FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

⁴⁰ FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984..

O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.) no objetivo de um estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade. A sociedade de controle pode, dessa forma, ser caracterizada por uma intensificação e uma síntese dos aparelhos de normalização de disciplinaridade que animam internamente nossas práticas diárias e comuns, mas, em contraste com a disciplina, esse controle estende bem para fora os locais estruturados de instituições sociais mediante redes flexíveis flutuantes⁴¹.

Conforme explicações de Hardt e de Negri, os estudos de Foucault permitiram reconhecer a natureza biopolítica do novo paradigma do poder que se instalou no mundo contemporâneo, quando explicou o que vinha a ser o biopoder, ou seja, mecanismo de poder distribuído na esfera pública que regula e controla a vida social por dentro⁴².

Com a globalização econômica, a propagação dos meios de comunicação e das novas tecnologias comandados pela sociedade de controle, observa-se maior instrumentalização da vida humana.

Em uma sociedade de controle a vida humana é facilmente comandada pelos valores de mercado que, segundo Sandel⁴³, passam a desempenhar um papel cada vez maior na vida social. A economia torna um domínio imperial, em que a lógica da compra e da venda não se aplica apenas a bens materiais, mas governa a própria vida humana como um todo. É o que se observa com a proliferação de escolas, hospitais e prisões inseridos no sistema da busca do lucro; a indústria da guerra que ganha com a venda de armamentos, de alimentos e de medicamentos. Estes alertas também foram trabalhados por Foucault⁴⁴ em seu clássico livro “Vigiar e punir”.

Com isso, a lógica do Estado de Direito, responsável por manter o equilíbrio entre os fatores políticos e econômicos, quando se encontra com suas instituições fragilizadas e corrompidas por valores antiéticos, como os da

⁴¹ HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 43.

⁴² HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 43.

⁴³ HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 43.

⁴⁴ FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Trad. de Raquel Ramalhe. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

corrupção, facilmente pode ser suplantada pela lógica do biopoder. Este, ao manter o controle do Estado do Direito e da política, instrumentaliza a vida humana e causa precarização das políticas sociais.

Esse comportamento global que enaltece o lucro e instrumentaliza a vida, minimiza o espaço político para discussões e busca de soluções em prol do interesse coletivo. As instituições do Estado de Direito ficam reféns do capital financeiro e as políticas sociais envoltas a um processo corruptivo, de desprezo total à vida e à promoção dos direitos humanos.

Isso tem favorecido gastos excessivos com o dinheiro público em demandas individuais de saúde, o que, por sua vez, contribui para a precarização das políticas sociais de saúde, principalmente porque há gestores públicos que se aproveitam da deficiência de um planejamento de saúde mal elaborado para implementar, a cada gestão, um plano novo, interferindo nos contratos públicos já existentes, o que reforça atrasos de insumos para hospitais, falta de medicamentos, retardos em obras públicas ou mesmo seu abandono.

A forma como são planejadas as políticas públicas de saúde no Brasil vem configurando um fator preponderante para as demandas judiciais de saúde, pois a maior parte dos municípios brasileiros, além de não ter plataforma de consulta popular para saber quais são as prioridades locais, elabora seu planejamento de forma vertical, conduzido por gestores públicos sem conhecimento sobre gestão ou administração. Estes, não raras vezes escolhidos dentre apaniguados políticos sem visão estratégica de como trabalhar o orçamento municipal, acabam laborando em ambiente que favorece a corrupção com o dinheiro público, pois não há transparência na elaboração e na execução das políticas ofertadas pelo poder público⁴⁵.

Diante desse contexto, o caminho que se pretende não é o de curvamento aos projetos econômicos neoliberais que minimizam direitos fundamentais à dignidade da vida humana, mas reinventar a democracia⁴⁶ por

⁴⁵ Veja Acórdãos do TCU Plenário nºs 1130 e 1840 de 2017, que sistematizaram informações sobre a situação da governança e gestão em saúde no Brasil. Disponíveis em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>> . Acesso em: 7 abr. de 2019.

⁴⁶SANTOS, Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. 2ª ed. Lisboa: Grávida, 2002.

meio de novas práticas que estimulem o conhecimento emancipatório contra-hegemônico, que permita a concretização dos direitos fundamentais no âmbito das relações sociais, como será abordado na sequência deste estudo.

3. Desafios da justiça brasileira no âmbito de acesso à saúde

Entre tantas injustiças cometidas aos direitos humanos, a mais grave é a cometida pelos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário), quando deixam de cumprir o seu papel político, jurídico e social.

Momentos marcantes da história brasileira contemporânea, ilustrados pelas manifestações populares atuais, ocorridas a partir em junho de 2013, demonstram a indignação da sociedade, não só em face da má qualidade dos serviços públicos, mas, também, contra a corrupção que se instalou nas instituições públicas por todo o País.

Diante desse panorama, a força popular vinda das ruas⁴⁷ e a confiança no sistema judiciário e na justiça representam o fio de esperança da sociedade.

Cappelletti e Garth⁴⁸, ao tratar sobre o acesso à justiça, enaltecem a necessidade da reforma dos sistemas jurídicos processuais que, à luz dos fundamentos políticos, filosóficos, sociológicos e jurídicos, ganham robustez na democratização de novas práticas do acesso à justiça.

Nesse sentido, o Poder Judiciário, nos últimos 10 anos, tem realizado Audiências Públicas em Saúde para debater as questões relativas às demandas judiciais que objetivam prestações de saúde, conduzidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

No mesmo sentido, instituiu o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde, através da Resolução nº 107, de 6 de abril de 2010.

Para auxiliar as atividades do Fórum Nacional, também foram criados Comitês Executivos, com o objetivo de coordenar e executar as ações de natureza específicas relevantes (art. 3º da Resolução nº 107/2010). A

⁴⁷ COSTA, Alexandre Bernardino *et al.* (Orgs.). **O direito achado na rua**: uma introdução ao direito à saúde. Brasília: CEAD/UnB, 2009.

⁴⁸ CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Reimpressão. Porto Alegre: SAFE, 2002.

composição de cada Comitê Executivo Nacional do Fórum da Saúde tem disciplinamento na Portaria 187 da Presidência do CNJ (17.10.2013).

Esses comitês já foram instalados nos 27 estados da federação, com ampla participação em reuniões e ventos locais e nacionais, o que evidência o interesse do Poder Judiciário na interlocução do debate com instituições estatais com vista a encontrar soluções concretas para problemas de saúde.

Já foram realizadas, pelo Fórum Nacional, Jornadas de Direito à Saúde, com resultados promissores, dentre os principais destacam-se: a edição de resolução da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que exige que os planos de saúde informem por escrito e em 48 horas qualquer negativa de atendimento ao usuário, bem como a aprovação de enunciados, referentes à Saúde Pública, à Saúde Suplementar e ao biodireito. Estes enunciados servem de orientações aos magistrados, ao Ministério Público, Defensoria Pública, Advogados, aos profissionais dos serviços de saúde, operadoras de planos privados de saúde, dentre outros, para consubstanciar os procedimentos relativos às demandas de saúde, com o objetivo de minimizar as demandas judiciais de saúde e maximizar a efetividade da aplicação dos recursos orçamentários destinados à saúde pública⁴⁹.

Schulze⁵⁰ destaca algumas iniciativas criadas por orientação do Fórum da Saúde do CNJ: a) Núcleo de Apoio Técnico (NAT) ou Câmaras Técnicas – composto por profissionais das áreas médica, farmacêutica e de assistência social e por membros das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, tendo por finalidade auxiliar os magistrados na deliberação sobre processos envolvendo temas de saúde, mediante pareceres, produção de provas, participação em audiência, facilitação na celebração de acordos etc.; b) elaboração de enunciados; c) elaboração de cartilhas aglutinadoras de

⁴⁹ ASENSI, Felipe Dutra e PINHEIRO, Roseni (Orgs.). **Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiências**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

⁵⁰ SHULZE, Clenio Jair. A judicialização da saúde e o Conselho Nacional de Justiça. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 58, fev. 2014. Disponível em: <http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao058/Clenio_Schulze.html> Acesso em: 7 abr. 2019.

orientações e/ou pensamentos sobre o tema saúde, para facilitar o acesso à informação ao cidadão; e, d) especialização de varas de saúde pública.

O CNJ, desde 2013, recomendou aos Tribunais brasileiros a especialização de varas da fazenda pública para processar e julgar ações cujo objeto seja o direito à saúde; priorizar o julgamento dos processos relacionados à saúde suplementar (referentes aos planos de saúde); e, orientou à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento (ENFAM) e ao Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD) do CNJ para promover a inclusão do direito sanitário como disciplina obrigatória em concursos públicos de ingresso na magistratura e nos cursos de formação, vitaliciamento e aperfeiçoamento, nos moldes da Recomendação do CNJ nº 31/2010.

Em 2016, o CNJ e Ministério da Saúde assinaram acordo de cooperação onde se propôs a criação de banco de dados com informações técnicas para subsidiar os magistrados de todo o país em ações na área da saúde. Assim, por meio do e-NATJus, abrigou pareceres técnico-científicos e notas técnicas elaboradas com base em evidências científicas na área da saúde, emitidos pelos Núcleos de Apoio Técnico (NAT-JUS), Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) selecionados pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), com o objetivo de dar ao magistrado fundamentos científicos para decidir quando demandado sobre medicamento ou tratamento médico⁵¹.

Em 2018, o CNJ firmou acordo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde para dar suporte a decisões em demandas na Justiça, no âmbito da saúde⁵².

Por fim, é notório o ativismo da Justiça por mais saúde. Contudo, os referenciais teóricos que serão examinados nos próximos tópicos, recomendam que Poder Judiciário dê mais um passo na promoção do acesso à justiça, ou seja, que abra suas portas ao diálogo direto como a comunidade, em especial

⁵¹ BRASIL. Notícias Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://cnj.jus.br/programas-e-acoas/forum-da-saude/e-natjus>>. Acesso em: 7 de abr. 2019.

⁵² BRASIL. Notícias Conselho Nacional de Justiça. <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/88223-judicializacao-da-saude-cnj-firma-parceria-com-ministerio>>. Acesso em 7 de abr. 2019.

carenciadas de recursos econômicos, e crie canais de aproximação com a sociedade, de forma a estimular a participação política democrática na governança e gestão em saúde, em que os planejamentos vertical e horizontal possam caminhar juntos para a efetivação das políticas de saúde e promoção de direitos humanos.

4. A justiça de proximidade por mais saúde e dignidade humana

Pela análise contextual do fenômeno da judicialização acima exposta, observa-se que o acesso ao direito à saúde requer o desenvolvimento de novos mecanismos de acesso à justiça que viabilizem, não só a democracia do Judiciário, mas, também, a participação democrática da sociedade no planejamento das políticas públicas de inclusão social⁵³.

O eixo do planejamento horizontal que se move por meio da participação da população, não significa empecilho para que o Estado, também, trabalhe o planejamento vertical.

Sabe-se que a maioria da população brasileira não busca a participação espontaneamente nos debates sobre políticas sociais e não possui o hábito de participar democraticamente dos planos de ação de interesse público. Como reverter esse panorama? Quais alternativas podem subsidiar o conhecimento emancipatório que dissemine a cultura da participação democrática da população nas discussões e elaboração dos planos estatais que dizem respeito ao interesse público?

Este tópico se propõe a refletir sobre o processo de formação pedagógica que, ao ser conduzido pelo Poder Judiciário, além de aproximar os magistrados dos saberes comunitários, poderá contribuir para o conhecimento emancipatório da sociedade e a construção de formas alternativas de sociabilidade que ampliem o acesso à saúde de qualidade.

4.1. A revolução democrática de justiça via participação social

⁵³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

A revolução do Direito e da Justiça perpassa não só pela democratização do Poder Judiciário, mas pela cultura democrática das instituições do Estado e da Sociedade⁵⁴.

Quanto mais desafiadores forem os problemas em torno da saúde pública no Brasil, mais dinâmicos e eficazes devem ser os mecanismos que intensificam o acesso à justiça e a promoção dos direitos humanos. É nesse sentido que a obra de Boaventura de Sousa Santos vem contribuir para este estudo, por ser um fio condutor do conhecimento emancipatório.

Para este sociólogo, a consciência de direitos evidencia-se complexa porque engloba, não só o direito à igualdade, como também o direito à diferença, designadamente à diferença cultural, aos direitos coletivos dos camponeses, dos sem terra, dos povos indígenas, dos negros, das crianças, dos idosos, dos deficientes, dos homossexuais, das mulheres, enfim das “minorias insulares”. É essa nova consciência de direitos e a sua complexidade que torna o atual momento sócio-jurídico tão estimulante quanto exigente. “É, nesse contexto, que se deve analisar o crescente protagonismo social e político do sistema judicial e do primado do direito⁵⁵”.

Assim, Boaventura chama a atenção para o fato de que, além da procura para a efetivação de direitos por aqueles que têm consciência e coragem para agir, existe a chamada “procura suprimida”. A primeira, que busca a efetivação dos novos direitos concebidos constitucionalmente, pode-se conquistar pelas reformas do direito material e processual. Porém, a segunda requer uma revolução democrática do sistema de justiça e da própria justiça.

O referido sociólogo esclarece que a procura suprimida:

É a procura daqueles cidadãos que têm consciência dos seus direitos, mas que se sentem totalmente impotentes para os reivindicar quando são violados. [...] Esses cidadãos intimidados e impotentes são detentores de uma procura suprimida⁵⁶.

⁵⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 9.

⁵⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 11.

⁵⁶ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 31-37.

Ao reconhecer a presença dessa procura suprimida, Santos⁵⁷ tem desenvolvido o que ele designa de sociologia das ausências, que identifica as experiências desperdiçadas pela razão indolente incapaz de pensar o presente, desperdiçando as experiências vividas e o compartilhamento dos saberes científicos e comunitários direcionados ao bem coletivo⁵⁸.

Para satisfazer a procura suprimida são necessárias profundas transformações do sistema judiciário, que perpassa pelo próprio processo de formação dos magistrados que foram “treinados” para lidar com o direito posto e sua aplicação ao caso concreto, mas sem se preocupar em que contexto social os litígios se desenvolvem. Não há uma preocupação com o problema que ocorre fora dos gabinetes jurídicos ou dos fóruns.

Esse contexto requer uma mudança no exercício da ética, do respeito ao direito de escuta e abertura para o diálogo entre o Poder Judiciário e os demais autores sociais. Não basta só mudar o direito substantivo e o direito processual, são necessárias outras mudanças: criação de outra cultura jurídica e judiciária, com outra formação de magistrados, abertos ao diálogo e que estabeleça um elo de proximidade com a sociedade⁵⁹.

Ao admitir que seja possível uma revolução democrática da justiça, é necessário que se tome como ponto de partida uma nova concepção do acesso ao direito à justiça, que, segundo Boaventura, trata-se do acesso que irá mudar a justiça a que se tem acesso.

Assim, uma política de adensamento da cidadania, pela via democrática e do acesso ao direito e à justiça, tem que se dirigir a um conjunto vasto de injustiças que ocorrem na sociedade (injustiça sócio-econômica, racial, sexual, étnico-cultural, cognitiva, ambiental e histórica). O sistema judicial, embora não possa resolver todas as dimensões de injustiças deve assumir sua quota-parte de responsabilidade. “Tem que perder o isolamento, tem que se articular com

⁵⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 31-37.

⁵⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

⁵⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 33.

outras organizações e instituições da sociedade que o possam ajudar a assumir a sua quota-parte de responsabilidade⁶⁰”.

Essas injustiças sociais podem ter seu processo minimizado quando a sociedade, além da consciência de seu papel na construção da história, for autonomamente capaz de participar democraticamente e ativamente das discussões, elaboração do planejamento das políticas públicas, acompanhar a execução e fiscalização dos planos de ações do futuro de sua comunidade.

Em relação aos vetores acima identificados por Santos, o Poder Judiciário já começou a sair do anonimato e tem avançado na administração da justiça, mas precisa melhorar no que diz respeito à sua aproximação com a sociedade, para que, por meio dos saberes das práticas comunitárias⁶¹, possa encontrar soluções racionais e propositivas para os problemas sociais locais.

Trata-se da justiça democrática de proximidade⁶² que pode ser identificada em ações no Brasil, onde já começaram a ser implantadas, como por exemplo: a experiência da justiça itinerante, da justiça comunitária, dos meios alternativos de resolução de litígios, da mediação, da conciliação judicial e extrajudicial, da justiça restaurativa, dos juizados especiais, dos fóruns e audiências públicas de saúde, das práticas desenvolvidas pelos Comitês Executivos de Monitoramento das Ações de Saúde e Núcleos de Apoio Técnico que subsidiam os magistrados e demais operadores do direito com informações sobre o Sistema Único de Saúde.

Apesar dessas medidas exitosas, novas práticas sociais devem ser estimuladas por meio de canais de conexão e compartilhamento dos saberes técnicos, científicos e comuns dos autores sociais (Poder Judiciário, Ministério Público, advogados, defensores públicos, procuradores, membros dos Tribunais de Contas, sociedade civil), para que essa ecologia de saberes

⁶⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 34.

⁶¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁶² FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996..

promova a revolução democrática da justiça que requer a democratização do Estado e da sociedade⁶³.

A ampliação do acesso à justiça, por meio de canais que aproximem magistrados da sociedade, em especial de grupos comunitários, deve percorrer um caminho de múltiplas ações que contribuam para o rompimento das algemas da resistência, de modo a promover o exercício contínuo do sistema de justiça, por meio da formação permanente que possam produzir contínuas condições para o exercício do direito de escuta dos saberes comuns do povo e estimule a participação democrática da população nos conselhos municipais de saúde, nas audiências públicas e nos fóruns que se organizam de acordo com as demandas de interesse público, enfim, da vida política comunitária.

Santos⁶⁴ faz alusão à capacitação jurídica de líderes comunitários, via programas governamentais e não governamentais voltados para a preparação de integrantes da comunidade como mediadores na solução dos conflitos locais, como exemplos da justiça democrática de proximidade. Porém, esta ação pode ir além da formação de mediadores de litígios, pois o cidadão pode atuar em qualquer ambiente político em que estejam em discussão assuntos de interesse público/coletivo, mormente na elaboração dos planejamentos de políticas públicas no âmbito da saúde.

Ainda, nas lições de Santos:

A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre cidadãos. Com isto, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a ideia da igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade⁶⁵.

Este sociólogo chama a atenção para o fato de que entre o Estado e o mercado existe um campo imenso não estatal e não mercantil onde é possível criar utilidade social através dos novos saberes populares dignificadores da

⁶³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁶⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 52.

⁶⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 277-278.

vida e da promoção dos direitos, que, sem prejudicar o desenvolvimento econômico, abrem caminhos próprios de “pedagogia emancipatória”.

Dos ensinamentos ora refletidos pode-se auferir que para a revolução democrática de justiça, além dos vetores indicados acima, requer-se a implementação de mecanismos de acesso à justiça que exercitem a cultura da conscientização da sociedade, principalmente das classes sociais carentes de atenção do poder político, para que possa participar intensamente como sujeitos ativos do futuro de sua comunidade, do Estado, do País e do mundo.

Em relação às demandas de saúde, no momento, caberia ao Poder Judiciário, que se encontra congestionado de litígios perseguindo a tutela do direito de saúde, assumir sua quota-parte de responsabilidade por meio da aproximação com os litigantes ou com autores comunitários e, a partir do direito de escuta, encontrar novos caminhos que levem à minimização desses litígios e a promoção dos direitos humanos.

Contudo, como tornar concreto esse processo pedagógico emancipatório de aproximação entre o Estado-Juiz e a sociedade? Responder a esta questão é uma tarefa bastante complexa. Porém Freire⁶⁶, ao analisar o ensino no Brasil, deixou rico legado instrumental para a repolitização não só da educação, mas também da política e da justiça, a partir de práticas formadoras que promovam a autonomia libertadora da sociedade que se constrói pelo processo contínuo de formação/ação, que considera os saberes e as experiências vividas pela comunidade como valiosos contributos para se trabalhar o ensino, as políticas públicas, os projetos que envolvam o interesse público e o futuro do homem em sociedade. É nesta linha de conteúdos que o próximo tópico será desenvolvido.

4.2 A pedagogia da autonomia comunitária por justiça social

O ato de “ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção⁶⁷”.

⁶⁶ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁶⁷ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 12.

No mesmo sentido que o educador Paulo Freire define o ato de ensinar, a justiça democrática de proximidade, que nos propõe o sociólogo Boaventura⁶⁸, pode ser conduzida por meio da formação comunitária que respeite as experiências entre sujeitos, pois quem “forma se forma e re-forma ao for-mar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado⁶⁹”.

Esse educador refere-se ao ato de ensinar, a partir da vivência do saber comunitário. Por que não aproveitar a experiência que têm os membros de uma comunidade de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir os problemas da saúde, a poluição dos riachos e dos córregos, os baixos níveis de bem-estar das populações, os lixões e os riscos que oferecem à saúde das gentes? Por que não procurar solucionar os problemas de saúde enfrentados nas comunidades indígenas, nos remanescentes de quilombolas, nas periferias das cidades, nos presídios, enfim, nas zonas urbana e rural a partir do direito de escuta dessas pessoas⁷⁰?

As tarefas precípuas da prática educativa-progressista, e por que não dizer das práticas formadoras da comunidade, envolvem o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil e inquieta num ambiente de confiança, de escuta e respeito dos saberes necessários de todos que estão a dialogar. “Curiosidade com que podemos nos defender de ‘irracionalismos’ decorrentes ou produzidos por certo excesso de ‘racionalidade’ de nosso tempo altamente tecnologizado” e com um poder midiático, muitas vezes, a serviço do poder econômico neoliberal⁷¹.

O diálogo em que se vai desafiando o grupo comunitário a pensar sua história social, como a experiência igualmente social de seus membros, vai revelando a necessidade de superar certos saberes às vezes equivocados, como, por exemplo, àqueles que lhes são ideologicamente inculcados para que se culpem de seu próprio sofrimento ou destino. Pessoas que assim vivem,

⁶⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁶⁹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁷⁰ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 15.

⁷¹ ⁷¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 15.

sem enxergar além do que está por trás das falsas ideologias midiáticas, reproduzem as perversidades do sistema social, econômico e político em que se encontram inseridos, perpetuando o poder sistêmico violador da dignidade⁷².

Assim, é preciso incentivar o direito de escuta dos saberes comunitários, com o fim de possibilitar uma revolução democrática da sociedade.

O Poder Judiciário, ao encontrar congestionado com inúmeras demandas reclamando à tutela do direito à saúde, pode ser o articulador desse processo dialógico entre os operadores do direito e à sociedade, mediado pela parceria da universidade que não pode ficar de fora desse processo revolucionário do saber, da democracia, da vida e dos direitos humanos.

O que se está propondo neste estudo, para a melhoria da prestação jurisdicional e do planejamento das políticas públicas no âmbito do direito à saúde no Brasil, é que a proposição da justiça democrática de aproximação, defendida por Santos⁷³, e a pedagogia da autonomia libertária, sugerida por Freire⁷⁴, possam caminhar de mãos dadas no desenho de plataformas que fomentem programas de cunho pedagógico, debates sobre temas jurídicos importantes para sociedade, como por exemplo, a importância da participação democrática da população nos assuntos de interesse público (orçamento participativo), consubstanciando espaços de diálogos entre os órgãos da justiça e os vários atores sociais⁷⁵.

Esse processo dialógico, entre operadores do direito, universidade e sociedade, vem, também, formulado por Habermas⁷⁶ na sua teoria da ação comunicativa, que visa o discurso democrático por meio do consenso criativo que se direcione ao bem comum.

4.3. Ação comunicativa como exercício à justiça e à saúde

⁷² FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 32-41.

⁷³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁷⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁷⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 86.

⁷⁶ HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. Trad. de Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

No embate entre a ausência de políticas públicas de qualidade e a reação da população reivindicando a garantia e o respeito dos direitos fundamentais consagrados constitucionalmente, em especial o direito à saúde de qualidade, a responsabilidade recai sobre o Poder Judiciário que tem a competência para dirimir respectivos conflitos sob a ótica da imparcialidade, da ética, da moralidade e da independência, e assegurar ao ser humano o mínimo existencial a uma vida digna, por meio da efetividade de suas decisões e do seu agir político, na intermediação dialógica entre os interesses ao bem comum da sociedade e os interesses econômicos de poucos.

Para tanto, a importância sobre a ética do discurso, nas lições de Habermas⁷⁷, perpassa pelo processo da linguagem e do agir comunicativo.

Nesse caso, a validade da norma é multifacetada e para aferir sua validade, não basta verificar sua adequação formal (vigência) e sua observância (eficácia), sendo também necessário avaliar a sua legitimidade, através do agir comunicativo - um diálogo efetivo e racional entre os sujeitos⁷⁸.

Na estrutura argumentativa de Habermas⁷⁹, a condição de validade da ética do discurso requer que o princípio ético-discursivo parta do pressuposto de que é possível chegar a um acordo racional sobre questões normativas, por meio do acordo feito por todos os atingidos, dentro de um discurso prático real, não podendo a fundamentação normativa ser feita monologicamente.

A ótica do chamado princípio da universalização - regra de argumentação que possibilita o acordo em discursos práticos - fundamenta a ética do discurso, pois esse acordo deve expressar uma vontade comum⁸⁰.

Assim, leciona Gisele Cittadino:

O objetivo da ética discursiva habermasiana é, ao contrário, permitir que normas racionalmente justificadas possam ser aplicadas

⁷⁷

⁷⁸ COSTA, Alexandre Araújo. **A ética do discurso em Habermas**. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/a-etica-do-discurso-em-habermas/#topo>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

⁷⁹ COSTA, Alexandre Araújo. **A ética do discurso em Habermas**. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/a-etica-do-discurso-em-habermas/#topo>>. Acesso em: 6 abr. 2019..

⁸⁰ HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1: racionalidade da ação e racionalização social**. Trad. de Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

a situações concretas que, por sua vez, são interpretadas à luz de valores culturais específicos. [...] Em outras palavras, a ética discursiva, universalista, requer uma certa correspondência com mundos culturais cujas instituições políticas e sociais já incorporam representações pós-convencionais da moralidade. Os direitos fundamentais, que integram as constituições de todas as sociedades democráticas contemporâneas, são, para Habermas, um bom exemplo de uma moralidade universalista⁸¹.

Com base nesse processo argumentativo, os conflitos sociais são melhores intermediados, apontando soluções que venham contribuir para a melhoria e à promoção dos direitos.

A revolução democrática da justiça, a partir da autonomia pedagógica, proposta pelo sociólogo Santos⁸² e pelo educador Freire⁸³, requer que o Poder Judiciário assuma seu papel jurídico e político. Para Santos⁸⁴, “a nossa meta deve ser a criação de uma cultura jurídica que leve os cidadãos a sentirem-se mais próximos da justiça. Não haverá justiça mais próxima dos cidadãos, se os cidadãos não se sentirem mais próximos da justiça”.

Nesse aspecto, a ação comunicativa proposta por Habermas⁸⁵ tem sentido, pois conforme explica Oliveira:

Na concepção habermasiana de ação comunicativa, os indivíduos, livres de qualquer coação ou pressão, participam em igualdade de condições do processo comunicativo, manifestando suas opiniões e ideias com o fim de chegarem a um acordo (dito, neste caso, racional) entre eles. Nesta dinâmica, os argumentos são colocados em xeque pelos próprios sujeitos envolvidos, prevalecendo a tese do melhor argumento. Visa-se, neste discurso, o consenso, mas este nunca é definitivo, podendo ser superado pela coerência e solidez de novos argumentos, daí porque referido consenso não é visto por Habermas como um *fim*, mas como um *processo* (ou meio)⁸⁶.

⁸¹ CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e justiça distributiva (elementos da filosofia constitucional contemporânea)**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004, p. 114-115.

⁸² SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁸³ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

⁸⁴ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 89.

⁸⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007, p. 89.

⁸⁶ OLIVEIRA, Tarsis Barreto. **Pena e racionalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2013, p. 44.

As características dessa ação comunicativa podem ser sintetizadas em três conceitos fundamentais: a) a situação de fala ideal, enquanto oportunidade igual de atos da fala pelos interlocutores, sem constrangimento, pressão ou coação; b) o consenso verdadeiro, significando entendimento racional entre os sujeitos sobre o melhor argumento; c) os interesses universalizáveis, em que o melhor argumento deve se voltar ao interesse comum de todos os participantes do discurso, garantindo harmonização das pretensões de validade dos envolvidos no plano do acordo racionalmente obtido⁸⁷.

O Poder Judiciário ao encontrar-se diante do desafio de solucionar as inúmeras demandas de saúde, que a cada dia congestionam a justiça brasileira, deve assumir a sua quota-parte de responsabilidade, que vai além de proferir decisões solucionando os litígios, precisa, também, estabelecer canais de aproximação com as comunidades, para o aprofundamento da democracia que se reconstrói a partir da autonomia dos grupos vulneráveis.

Considerações finais

Este artigo objetivou examinar as principais causas da judicialização da saúde e os desafios da prestação jurisdicional para garantir o acesso à saúde no Brasil e a proteção dos direitos humanos.

A partir das lições de Barroso⁸⁸ foi possível evidenciar que este fenômeno está intrinsecamente ligado à constitucionalização de novos direitos albergados pela Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e, no caso do Brasil, aos direitos fundamentais e sociais insertos na Constituição de 1988; o aumento da demanda por justiça e a ascensão institucional do Judiciário.

Além desses fatores, a globalização neoliberal⁸⁹, ao defender a racionalidade do mercado, foi identificada como causa da fragilização das instituições do Estado e da precarização de políticas públicas que reforça a utilização da via judicial por mais saúde e proteção de direitos humanos.

⁸⁷ OLIVEIRA, Tarsis Barreto. **Pena e racionalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2013, p. 49.

⁸⁸ BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

⁸⁹SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

Esse processo de racionalidade do mercado, ao expandir espaços privados de flexibilização dos direitos sociais, reforça a instrumentalização da vida. Trata-se da administração de um novo paradigma de poder, chamado por Foucault de biopoder⁹⁰, que consiste na preservação da vida humana, mas para dela tirar todas as suas energias em favor do capital financeiro.

Nesse sentido, os resultados deste estudo vieram confirmar a hipótese de que o Poder Judiciário precisa se aproximar da sociedade e estimular diálogos construtivista, participativo e democrático, via práticas formativas, que permitam a esfera pública atuar, ao lado do Estado, como protagonista na efetivação e inclusão dos serviços de saúde e defesa dos direitos humanos.

Assim, o eixo do planejamento horizontal, que se move por meio da participação da população, deve ser verificado pelos Gestores Públicos quando da elaboração do planejamento vertical, com vista à concretização dos direitos fundamentais e sociais à vida com dignidade.

Talvez o que se proponha seja utópico, mas poderá deixar de ser quando todos conseguirem dar sua parcela de contribuição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referência das fontes citadas

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade democrática**. Disponível: <http://www.oab.org.br/editora/revista/users/revista/1235066670174218181901.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2016.

BESTER, Gisela Maria. **Direito Constitucional. V. 1. Fundamentos Teóricos**. Barueri, SP: 2005b.

⁹⁰ HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BRASIL, Nações Unidas. **Declaração de Direitos Humanos**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. **Fórum do Judiciário para a Saúde**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/forum-da-saude>>. Acesso em: 7 de abr. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. OLIVEIRA, Juarez de (Org. do texto). São Paulo: Saraiva, 1988.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Judicialização da saúde**. Acórdãos nºs 1130,1781 e 1840 de 2017 TCU – Plenário. Disponíveis em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo>> . Acesso em: 7 abr. de 2019.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Reimpressão. Porto Alegre: SAFE, 2002.

CITTADINO, Gisele. **Pluralismo, Direito e justiça distributiva (elementos da filosofia constitucional contemporânea)**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004.

COSTA, Alexandre Araújo. **A ética do discurso em Habermas**. Disponível em: <<http://www.arcos.org.br/artigos/a-etica-do-discurso-em-habermas/#topo>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Trad. de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

Nascimento da biopolítica: curso dado no *Collège de France* (1978-1979). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir**. Trad. de Raquel Ramalhete. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo, 1**: racionalidade da ação e racionalização social. Trad. de Paulo Astor Soethe; revisão da tradução Flávio Beno Siebeneichler. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. **Império**. Trad. de Berilo Vargas. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Trad. de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: SAFE, 1991.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

OLIVEIRA, Tarsis Barreto. **Pena e racionalidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SANDEL, Michael. **O que o dinheiro não compra**: os limites morais do mercado. Trad. de Clóvis Marques. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Reinventar a democracia**. 2. ed. Lisboa: Gravida, 2002.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da Justiça**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS. Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2004.

SHULZE, Clenio Jair. A judicialização da saúde e o Conselho Nacional de Justiça. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 58, fev. 2014. Disponível em: http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao058/Clenio_Schulze.html> Acesso em: 7 de abr. 2019.

SILVA, Ricardo Augusto Dias da. O fórum nacional do judiciário como instrumento na efetivação do direito à saúde. *In*: NOBRE, Milton Augusto de Brito (Orgs.). **O CNJ e os desafios da efetivação do direito à saúde**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p.427-449.